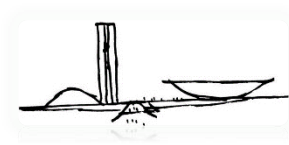


Pauta Congressista da Confederação Nacional de Municípios, contendo as principais matérias de interesse da Entidade, referente a semana do dia 15 a 17 de abril de 2019.



PLENÁRIO/ DATA: 15/4/2019, ÀS 16H

ITEM 4 - PL 9.617-B, DE 2018 (DO SENADO FEDERAL) Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 9.617-B, de 2018, que institui a **GESTÃO COMPARTILHADA**, destinada ao acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, da prestação de serviços públicos e da aquisição de materiais e equipamentos, por grupos de cidadãos organizados em aplicativos agregadores disponíveis na internet ou na telefonia celular; tendo parecer: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Odorico Monteiro); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Júlio Delgado). Pendente de parecer da Comissão de Finanças e Tributação. (NT 62 e T 64) APROVADO O RQU N° 8.246/18, EM 20/03/18.

Posicionamento: APROVAR CONFORME ACORDO COM O DEP. CAMILO CAPIBERIBE

ITEM 5 - PL Nº 5.647, DE 2013 (DA SRA. ROSANE FERREIRA) Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.647, de 2013, que altera a Lei nº 8.069, de 14 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para obrigar os dirigentes de instituições de educação pré-escolar a notificar as faltas frequentes e sinais de maus tratos envolvendo seus alunos; tendo parecer da Comissão Especial, enquanto apensado ao PL nº 7.420/06, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação deste e dos de nºs 51/15, 89/15 e 6.555/16, apensados, com substitutivo (Relator: Dep. Bacelar).(T 62 e T 64)Tendo apensados (4) os PLs nºs 51/15, 89/15, 6.555/16 e 248/19. APROVADO O RQU N° 704/19, EM 19/03/19. MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

Posicionamento: REJEITAR

ITEM 9 - PL 1.292-C, DE 1995 (DO SENADO FEDERAL) Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.292-C, de 1995, que altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para **LICITAÇÕES E CONTRATOS** da Administração Pública e dá outras providências; tendo parecer da Comissão Especial pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação deste. MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

Posicionamento: APROVAR

REQUERIMENTOS DE URGÊNCIA

II. Requerimento nº 9.231/18, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 191, de 2015, do Senado Federal, que altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para explicitar a incidência do Imposto sobre **SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISS) SOBRE O MONITORAMENTO E RASTREAMENTO DE VEÍCULOS E CARGA**. (NT 62 e T 64)

Posicionamento: APROVAR O REQUERIMENTO. (PROJETO COM EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL DA CNM)

Nas Comissões da Câmara não há mais itens de interesse da CNM até o momento (15/04)



PLENÁRIO	COMISSÕES
Não há itens	Não há itens

AUDIÊNCIA PÚBLICA do MPV 868/2018 - Local Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6
Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 868, de 2018 que atualiza o marco legal do saneamento básico

Convidados:

- Ministério do Desenvolvimento Regional
- Confederação Nacional dos Municípios (CNM)
- Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE)
- Associação Brasileira de Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON)
- Jerson Kelman - Consultor e Professor de Recursos Hídricos da COPPE/UFRJ